

Catálogo dos Acervos das bandas ouropretanas

Mary Angela Biason
Unicamp / Museu da Inconfidência
e-mail: mary-biason@uol.com.br

Sumário:

Apresentação do projeto para a catalogação das bandas ouropretanas executado pelo setor de Musicologia do Museu da Inconfidência desde o ano 2000, dando resultados da catalogação e microfilmagem do acervo de música sacra da Sociedade Musical União Social do distrito de Cachoeira do Campo.

Palavras-Chave: Museu da Inconfidência, catalogação, banda, Ouro Preto.

Em 1998 o setor de Musicologia do Museu da Inconfidência recebeu em regime de empréstimo um lote de documentos musicais contendo cerca de 40 obras oriundo da paróquia de Rio Espera, distrito da cidade mineira de Piranga. Os documentos foram limpos e catalogados, e devolvidos à Paróquia. Ao lidar com este pequeno acervo ventilou-se a possibilidade de atuar de maneira mais efetiva em acervos pertencentes a particulares e corporações musicais. No intuito de implementar a ação do setor de Musicologia do Museu da Inconfidência que há mais de 20 anos vem se especializando no tratamento deste tipo de acervo, resolveu-se estender e partilhar o conhecimento adquirido.

Em Abril de 2000 me reuni com os presidentes das cinco bandas ouropretanas: Banda Euterpe Cachoeirense (fund. 1856), Sociedade Musical União Social, (fund. 1864) ambas do distrito de Cachoeira do Campo, Sociedade Musical Santa Cecília (fund. 1901) do distrito de Rodrigo Silva, e as sociedades musicais Senhor Bom Jesus de Matosinhos, e Senhor Bom Jesus das Flores (fund. 1932) localizadas na cidade. Nessa reunião foi acertada uma parceria entre essas corporações e o Museu da Inconfidência para a catalogação de seus acervos de documentos musicais. No ano de 2002, mais uma banda se juntou ao projeto: a Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição da Lapa do distrito de Antônio Pereira que funcionou desde finais do séc. XIX até a década de 1960, reativada pela comunidade no ano 2000.

Partindo da premissa que um museu não deve funcionar como depósito do passado, seja qual for sua temática, uma contrapartida social deve orientar sempre que possível a integração da comunidade em suas ações. Uma das melhores formas de efetivar essa integração e atuar como parceiro é repartir o conhecimento adquirido com os fomentadores da cultura local.

Entende-se por *patrimônio cultural*, todos os bens tangíveis (patrimônio material) e não tangíveis (patrimônio imaterial) que constituem os testemunhos da criação e evolução humana. A própria vida dos indivíduos ou grupos de indivíduos, seu modo de pensar, fazer e criar constituem seu patrimônio cultural. A sobrevivência das manifestações da cultura popular deve-se em grande parte às suas raízes familiares, por essa razão são elas as fiéis depositárias de tradições transmitidas de seus antepassados. Em se falando das bandas ouropretanas, seu *patrimônio*, ou nesse caso específico, seu acervo de documentos e instrumentos musicais, livros de registros, fotografias, testemunhos de situações vividas pelos músicos e lembrança de seus mestres e regentes, mantém-se por conta dessa tradição. Existe uma ligação muito forte entre o músico e a sede da corporação, ou a “casa da banda”, pois é nesse local onde se vive e se relembra todos os momentos e se guardam todos os documentos. Por essa razão não convém que o vínculo entre essas partes comunicantes seja quebrado, devendo-se enfatizar o elo entre os que efetivamente preservam o patrimônio (seus

próprios músicos) e a sede de corporação, que é sempre uma conquista árdua e por eles sempre louvada.

Dessa maneira, o trabalho com o acervo de cada uma dessas bandas deve ser feito em sua sede para reforçar a ligação entre o músico, história e o patrimônio de sua corporação. Mas não se trata somente do patrimônio material ou arquivístico, mas também o patrimônio humano. A história daqueles músicos que através dos tempos foram compositores, copistas e instrumentistas tocando para uma comunidade ávida por novidades, já configura um imenso patrimônio. Através do levantamento das informações encontradas nos documentos musicais, pode-se dimensionar a produção musical, seus compositores locais, a disseminação de repertório através das cópias das partes de música e sua ação dentro da comunidade.

Para o desenvolvimento desse projeto, o Museu dispôs seu setor de Musicologia para coordenar os trabalhos de catalogação e orientar os músicos para a questão da conservação dos documentos. A dinâmica de trabalho é a mesma aplicada no acervo do Inconfidência, somente a maneira de executar deve se moldar a disponibilidade desses músicos, já que a proposta é trabalhar com pessoas ligadas às bandas.

A catalogação é feita por etapas afim de que possam se familiarizar com o documento e com a nomenclatura musicológica, uma vez que eles terão de mudar a maneira de olhar para o papel de música. Para esses músicos, o documento representa apenas um suporte contendo os códigos da escrita musical para execução. Com esse trabalho eles deverão encará-lo como uma fonte documental com informações musicais e históricas. Inicialmente as informações documentais são recolhidas a partir de uma listagem sumária contendo o título da obra, gênero musical, instrumentação, nome do compositor, do copista, local, data, registro de carimbos, e toda informação além do código musical. Após essa fase, passamos para a recolha dos dados musicais propriamente dita: o *incipit resumido* que contém informações sobre o andamento, tonalidade, fórmula de compasso e número de compasso da obra, para finalmente partir para o *incipit musical*, que nada mais é que a cópia em papel pautado do início da obra com os principais instrumentos. Isso é o que chamamos de catalogação temática, e a reprodução do tema musical ajuda a reconhecer autoria de obras ou detectar diferenciações regionais, como por exemplo, obras que possuam denominações diferentes, mas a música é a mesma, ou ainda, o tema musical é o mesmo, mas o arranjo instrumental diferente.

Iniciamos com o repertório popular escrito para banda, por ser o universo musical o qual estão acostumados. O lote de documentos do repertório sacro, por tratar-se de uma nomenclatura que os músicos não dominam, é trabalhado quando se sentirem seguros na catalogação. Esse repertório foi executado nos ofícios religiosos quando as corporações dispunham de coral e orquestra para esse fim, mas à medida que os cânticos em língua latina foram eliminados da liturgia em favor de uma maior participação dos fiéis, substituindo por cânticos simples em português, as corporações desativaram o coral, a orquestra e o seu repertório sacro, ficando somente com o acervo de música popular. Esse movimento de troca de repertório pode ser acompanhado na catalogação do acervo através da inserção gradual de cânticos em vernáculo.

Somente para exemplificar, as duas bandas de Cachoeira do Campo possuem em seus acervos alguns documentos datados de fins do séc. XVIII e início do XIX, grande maioria músicas sacras. Contam também com uns poucos documentos de música popular do início do séc. XIX, repertório pouco conhecido e explorado para pesquisa.

Para reforçar o acima exposto, a catalogação dessas fontes ajuda a dimensionar não só o repertório que circulava nas corporações ouropretanas e suas relações com as bandas de outras cidades e estados, mas também a produção musical de músicos da terra. O levantamento desses dados é de suma importância para a musicologia brasileira, além de dar subsídios para os estudos sobre a música produzida no século XIX.

Nesse momento podemos apresentar os resultados obtidos após o término da catalogação do acervo da Sociedade Musical União Social. Fundada em 1864 no distrito de Cachoeira do

Campo, a banda nasceu em meio de uma acalorada discussão política, quando, dentro da Banda Euterpe Cachoeirense, os músicos do Partido Liberal se desentenderam com os músicos do Partido Conservador. Na Euterpe permaneceram os conservadores, enquanto que os liberais saíram para formar a União Social, também chamada de Banda de Baixo, que possui esse nome por se localizar na parte baixa do distrito. Essa identidade política durou até o golpe de 1964, quando foram dissolvidas as antigas siglas partidárias, esfriando com isso, a disputa. Atualmente, nenhuma das bandas cachoeirenses possui vínculos políticos.

No início de sua atuação, o primeiro mestre teve a difícil tarefa de colocar, numa localidade tão pequena com Cachoeira do Campo, uma segunda banda a serviço da comunidade, mas a qualidade de seus músicos, o empenho no ensino da arte musical e a variedade do repertório conseguido através de constantes idas a Ouro Preto para trocar impressões com seus companheiros músicos, fez com que a União Social se colocasse em destaque entre as bandas atuantes na região. Na década de 1960, devido a unificação em Belo Horizonte dos batalhões do exército do Estado de Minas Gerais, a banda passou por sérias dificuldades com a perda de vários de seus componentes. Ela se reergueu devido a solidariedade dos músicos das bandas de Ouro Preto, Itabirito e Glaura, que vieram para engrossar as bancadas da União Social até que ela se normalizasse. Alguns desses músicos ingressaram definitivamente para a Banda de Baixo, que segue hoje em franca atividade. A seguir destaco duas figuras importantes para a história da União Social: Mestre Randolph e Quinquim.

Randolfo José de Lemos, de família de Cachoeira do Campo, ficou conhecido pelo pioneirismo de suas ações e dedicação nos 69 anos que esteve à sua frente da União Social, de 1893 a 1962. Pode-se dizer que metade dos musicistas de Cachoeira do Campo aprenderam música com este notável mestre, pois foi grande sua dedicação aos aprendizes. Após ser atingido por grave glaucoma que o levou à cegueira aos 46 anos, Mestre Randolph continuava a reger a banda. Dotado de extrema sensibilidade auditiva, aprendia com os melhores músicos o novo repertório para depois ensaiar os restantes e corrigir os sons imperfeitos. Com a idade avançada, começou a repartir com seu filho Joaquim de Lemos, mais conhecido como Quinquim, a responsabilidade de ensinar, ensaiar e reger a União Social. Depois da morte do pai, Joaquim de Lemos foi trabalhar em São Paulo na secretaria da educação e continuou a tocar em algumas bandas da capital paulista. Mesmo distante de sua terra, Quinquim não perdia uma oportunidade de vir a Cachoeira e tocar na banda, e junto trazia alguns papéis de música com as novidades copiadas em São Paulo. Após a sua morte, a família doou para a União Social um fabuloso acervo de mais de mil títulos, denominado “Coleção Joaquim de Lemos”, ou simplesmente, “as músicas do Quinquim”, que no momento oportuno será também catalogado e microfilmado.

O acervo da União Social conta com 800 verbetes, sendo 230 de música sacra e 570 de música popular, mais um lote de fragmentos. No mês de maio deste ano a coleção com músicas sacras foi levada para o Arquivo Público Mineiro para microfilmagem. Quando retornar, um filme ficará de posse da banda e outro no Museu da Inconfidência para consulta.

As datas variam de fins do séc. XVIII até 1950, data limite que os músicos instituíram como acervo “histórico”. Não se pode esquecer que o repertório está em constante evolução, uma vez que a banda está em atividade e incorpora novas músicas. Dentre os compositores encontrados no repertório sacro estão os célebres mineiros Manoel Dias de Oliveira, Jerônimo de Souza Lobo, Marcos Coelho Neto e Pe. João de Deus de Castro Lobo, além do Pe. José Maurício e Francisco Manoel da Silva, os europeus Marcos Portugal, Antônio Leal Moreira, David Perez e Savério Mercadante, e alguns compositores do início do século XX como o Pe. Joao Batista Lehmann, Pe. Jorge Braun, Frei Pedro Sinzig e Randolph José de Lemos.

Na coleção de música popular, além de fantasias, concertos para bombardino, para trompete e para trombone, conta também com marchas, arranjos de aberturas de óperas de Verdi e Carlos Gomes, e um grande número de danças como fox-trot, polcas, quadrilhas e valsas. O dobrado, gênero muito difundido em Minas Gerais, é o mais expressivo no acervo com mais de 200

títulos. São obras de compositores como Modesto Carneiro, Gabriel Amaral, Afonso Nogueira, Ariston Custódio, Joaquim de Lemos, além de tantas obras sem autoria e que necessitam de pesquisa mais apurada.

As informações recolhidas nos acervos das bandas ouropretanas estão sendo integradas à base já existente que compõe o acervo do próprio Museu da Inconfidência para serem disponibilizados pela Internet através de seu *site*. Os catálogos serão encaminhados para edição e distribuídos para a comunidade científica. Assim como se deu com o acervo da União Social, todos os documentos serão microfilmados e uma cópia ficará no Inconfidência para consulta.

Paralelo a este projeto, desde 2002 o Museu da Inconfidência, com o apoio da Universidade Federal de Ouro Preto e da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ouro Preto, promove o *Festival Ouropretano de Bandas*. Este Festival, que já está na sua quinta edição, reúne as seis bandas em atividade em Ouro Preto e distritos e convida bandas de outras localidades para participarem e troquem impressões com os músicos ouropretanos. Outra ação efetivada foi a criação, em 2005, da Associação das Bandas de Música do Município de Ouro Preto que discute e busca soluções para problemas comuns das bandas que vão desde organização administrativa, preparação de projetos com leis de incentivo, obtenção de instrumentos musicais através das autarquias de fomento à cultura, criação e reativação de bandas nos demais distritos e desenvolvimento de cursos de especialização para instrumentistas e regentes.

O objetivo principal é a integração dos músicos no processo de valorização das bandas e de seu espólio e chamar a atenção da comunidade para a importância destas corporações musicais, que apesar de sobreviverem com dificuldades, nunca abandonaram seu papel social e cultural mantendo escolas de música e ajudando a preservar as manifestações locais.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Regina; Chagas, Mário (orgs.). (2003). *Memória e patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Batista, Nylton Gomes. (1985). *Banda de Música – a alma da comunidade*. Série “Lá vai a Banda”, Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto.
- Halbwachs, Maurice. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Lévi-Strauss, Laurent. (2001). “Patrimônio Cultural e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais”. In: *Patrimônio Imaterial* nº147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 43-45.
- Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - IPHAN, criado pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, (datilo).
- Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial - RBCNI, Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, instituídos pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, (datilo).